

própria vida, determinação e tomada de decisões.

Um destes desafios conceitualmente simples, mas complexo na prática, nas palavras de Margarida Pedroso de Lima, é promover a qualidade de vida dos adultos mais velhos, qualidade essa que se associa a muitos tópicos entre os quais o espaço. Quando falamos sobre os mais velhos a ênfase é colocada, frequentemente, no tempo biográfico e socialmente determinado. No entanto, investigações relevantes realizadas com pessoas idosas demonstram que a referência aos espaços e aos lugares é essencial, uma vez que a interdependência entre o envelhecimento e o ambiente é crucial. Neste sentido, viver em instituições ou em casa são possibilidades que devem ser equacionadas, com autoridade, pelos próprios idosos, e em termos da promoção da sua qualidade de vida. Segundo a autora, a qualidade de vida ‘abrange, para além de aspetos circunstanciais e ambientais objetivos (variáveis sociodemográficas, acontecimentos e situações externas como ter água quente e saneamento), dimensões internas a cada pessoa’ (p.111).

Assim, o desafio do envelhecimento não se limita, fundamentalmente, à compreensão do fenómeno, ‘mas é, sobretudo, à possibilidade de participar na sua construção social, em vez de apenas o experienciar como uma realidade natural. Participar implica envolvimento, motivação, alegria. A verdade é que ainda não conhecemos os nossos limites. Baltes já há alguns anos recomendava, para um envelhecimento bem sucedido: um estilo de vida saudável, para diminuir a probabilidade de condições patológicas; evitar as soluções simplistas, dada a considerável heterogeneidade, direção e diversidade de formas de envelhecer; aumentar a nossa reserva pessoal através da educação, da motivação, do aumento das nossas redes sociais; fomentar ambientes e contextos proativos e desenvolvimentistas. Em suma, promover o bem-estar

dos mais velhos implica uma sociedade com mais esforços disponíveis e com maior número de escolhas possíveis – envelhecimento(s)’ (pp. 130-131).

O que está em causa, neste livro, em diferentes cenários e questões levantadas sobre envelhecimento(s), é a ênfase na diversidade do envelhecimento e da pluralidade dessa experiência na interseção entre o crescimento da complexidade na sociedade de hoje, a disseminação de novas formas de identidade e a questão, em última instância, da individualidade do indivíduo, sua história e o seu lugar no mundo.

Fernanda Daniel

Instituto Superior Miguel Torga

Fiona Williams. 2010. *Repensar as Famílias*. Cascais: Principia. 144pp. ISBN 978-989-81-3154-6.

O livro *Repensar as Famílias* centra-se numa reflexão em torno das mudanças nas famílias britânicas nos últimos trinta anos, apontando uma maior diversidade de estruturas e modelos familiares na contemporaneidade. A obra deve o título ao sentimento de que se torna urgente ‘a criação de um novo modelo para se pensar as famílias, as relações e os cuidados’ (p.19), assumindo claramente um caráter propositivo através do desenvolvimento de ‘ideias para uma “ética do cuidar” aplicada na política, para ajudar os decisores, os profissionais e as organizações de solidariedade social, assim como outros investigadores, na sua reflexão sobre as políticas e as prioridades’ (p.21).

A publicação resulta de um trabalho colaborativo do ESRC Research Group on Care, Values and the Future of Welfare (CAVA) da Universidade de Leeds. Apresenta cinco capítulos, sendo os dois primeiros dedicados à análise do contexto, os dois seguintes à apresentação dos re-

sultados da pesquisa e o último dedicado às suas implicações e recomendações decorrentes.

As mudanças nos modelos familiares interagem com outras mudanças que têm neles impactes diversos, quer sejam mudanças demográficas, culturais, económicas ou políticas. Este livro traz-nos a sistematização destas mudanças no Reino Unido, centrando-se nos indicadores relativos à composição dos agregados e às formas de parentalidade e conjugalidade, sobressaindo sobretudo uma 'maior diversidade de estruturas e modelos familiares' nos dias de hoje. Tais mudanças estão alinhadas, em traços gerais, com aquelas que são apontadas no contexto da sociedade portuguesa, sugerindo-se uma análise a partir do estudo coordenado por Karin Wall, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que resultou na compilação *Famílias em Portugal* publicada em 2005.

Esta análise das mudanças nas famílias leva Fiona Williams e sua equipa de investigação a questionar a ideia de 'família normativa' (a forma tida por adequada de *ser família*) e a equacionar se estará a ser reimaginada de forma a que se aproxime das experiências vividas pelas pessoas, também em constante mutação. Estas mudanças são debatidas segundo a tese pessimista da imoralização e a tese otimista da democratização, tendo em conta os papéis, as prioridades familiares e o lugar do cuidar nas relações. A primeira tese perspetiva as mudanças nas famílias, associando-lhe um declínio moral, a falta de estabilidade e solidariedade social, e individualismo. A segunda tese evidencia a quebra com convenções e constrangimentos, com relações mais abertas e democráticas.

A autora chama a atenção para a necessidade de investigações aprofundadas sobre a variabilidade, os processos, o significado das respostas à mudança, a forma como lidam com as inconsistências e contradições das suas vidas, assim como

as desigualdades, aspetos que não emergem da análise das estatísticas.

Outro aspeto a que os investigadores da equipa dedicaram atenção foi à mudança nas próprias políticas sociais britânicas, tanto no sentido de debater o sentido da 'família normativa' que emana da legislação, como para entender quais os recursos que as políticas têm proporcionado, no sentido de melhorar o bem-estar das famílias e favorecer o equilíbrio entre o trabalho, a vida familiar e, especificamente, o compromisso e a prestação de cuidados, relação amplamente transformada com a também transformada relação da mulher com o mundo do trabalho. Neste capítulo é colocado um conjunto de questões com elevada pertinência também no contexto sociopolítico português, que se prendem com a igualdade na parentalidade e com a proteção infantil e o superior interesse da criança, ideias que estão no centro de muitos debates na atualidade. Assim como se discutem também os dilemas, padrões e modelos morais que se vão criando com o equacionar e reaquacionar das políticas sociais. O 'modelo do trabalhador adulto', que substitui o 'modelo do homem provedor' traz a necessidade das políticas apoiarem a conciliação da vida pessoal com o trabalho, ainda muito desfasada do que se pretende, daí que pareça emergir uma nova família normativa centrada 'no trabalho, na autossuficiência económica, na educação e no bom comportamento' (p.57). Mas ainda destaca os pais como casal adulto, começando a reconhecer casais do mesmo sexo, sendo, no entanto, ambivalente relativamente a famílias monoparentais, a coabitantes, famílias com outros dependentes que não crianças e famílias de minorias étnicas. Em traços gerais, poderemos dizer, ainda que falte uma análise aprofundada, que se encontram algumas das mesmas tendências e lacunas nas políticas sociais dirigidas às famílias em Portugal.

A pesquisa analisou diversos ângulos das mudanças na conjugalidade e paren-

talidade no âmbito das teias relacionais das pessoas. Contrariamente aos argumentos pessimistas 'que defendem que as mudanças na vida familiar conduzem a uma perda de compromisso e ao aumento do individualismo egoísta' (p.79), verificou-se que as pessoas procuram sustentar as relações que valorizam. A ideia de compromisso pode ser hoje distinta da que tínhamos há meio século, mas as conclusões dos estudos aqui reportados não indicam a sua fragilização, mas sim uma nova padronização nos compromissos relativos à intimidade, às relações próximas e ao cuidado, extravasando fronteiras de sangue, casamento, ou cultura.

Um dos aspetos que os estudos qualitativos desenvolvidos destacam é a forma como as mulheres combinam a maternidade, e a inerente prestação de cuidados, com o trabalho remunerado. O capítulo quarto é dedicado a esta temática, explorando o que os investigadores chamaram 'racionalidades morais de género' através do que as mães entrevistadas entendem 'o que está certo', traçando assim mapas identitários (mãe, trabalhadora, mãe/trabalhadora) e relacionando-os com os diferentes modos de assistência às crianças, emergindo a ideia central de que as mães baseiam as suas decisões no que consideram ser certo para os seus filhos. Estas são também influenciadas pelas distintas trajetórias que têm, nomeadamente na relação com o trabalho remunerado, mas a resposta às necessidades da criança assume maior centralidade. Os estudos produzidos neste âmbito revelam uma vez mais a diversidade de estratégias de conciliação, sendo estas também determinadas culturalmente, por considerações morais e conceitos normativos, pelas circunstâncias contextuais e pelos grupos de referência social, sendo também diversas as identidades de mãe trabalhadora.

Neste âmbito, os investigadores abordaram, de igual modo, as formas de apoio no seio familiar e fora dele, principalmente quando as famílias são confrontadas

com mudanças (particularmente o divórcio e o casamento transcultural). O apoio da família extensa tende a valorizar as necessidades dos sujeitos entre a mudança e a continuidade das suas vidas, assim como uma atitude isenta de juízos de valor. Quando o apoio é procurado fora da família parecem assumir especial importância os grupos de autoajuda com base na reciprocidade, assinalando-se as suas potencialidades e os seus riscos.

O capítulo quinto assume o carácter propositivo de que falámos anteriormente, sendo sintetizadas as conclusões e discutidos os significados que trazem para repensar os cuidados familiares às crianças e as políticas sociais.

As investigações sistematizadas nesta obra apontam para que as famílias britânicas negoceiem as suas vidas familiares e relações pessoais, tendo por base novas condições que sublinham sobretudo a diversidade de formas de compromisso e não necessariamente o seu enfraquecimento. A ética de cuidar que sobressai, e que permite maior resiliência, engloba a 'a atenção às necessidades dos outros, respeito mútuo, confiança, reparação, ausência de preconceito, adaptação a novas identidades, estar preparado para aceitar e estar aberto à comunicação' (p.116), sendo sublinhada pela ideia do 'fazer o que está certo'. Atendendo à relevância na tomada de decisão que os compromissos com os outros assumem perante as vantagens financeiras do compromisso com o trabalho, os autores sugerem que devemos construir um modelo de cidadania que contribua para o desenvolvimento de políticas sociais capazes de resgatar a centralidade da ética de cuidar e não apenas da ética do trabalho. Neste sentido, defendem 'quatro atos de reequilíbrio' (p.117) que passam por este contrabalço entre as éticas citadas (que implica necessariamente ter tempo para cuidar), mas também pelo apoio às responsabilidades dos pais e por ouvir as suas necessidades, pelo equilíbrio do investimento

nas crianças e o respeito pela infância, e pela proteção da diversidade e da desigualdade. Quanto a este último aspeto, os investigadores problematizam os dilemas das políticas no incentivo à prestação de cuidados na família, pois a sua valorização pode representar o risco de aumentar as desigualdades (nomeadamente de género) e as vulnerabilidades sociais.

Conclui-se defendendo um ‘reposicionamento mais radical do cuidar no pensamento e na estratégia políticas’ que afetará necessariamente o que é realmen-

te importante na vida das famílias e nas relações pessoais.

Consideramos que a leitura desta obra, que inclui uma sistematização de estudos e propostas para pensar e repensar as famílias, traz inúmeros desafios a investigadores de diversas áreas, desafios particularmente relevantes para o Serviço Social pelo repto que esta área assume na interlocução com as políticas sociais.

Sónia Guadalupe

Instituto Superior Miguel Torga